

## DEMOCRACIA COMO COMUNIDADE DE VIDA: UMA PROPOSTA ECOFEMINISTA?

Mbembe, Achille. *Democracia como comunidade de vida*. Trad.: Pedro Taam. São Paulo: MiTsp e N-1, 2025. 44 p.

Quando uma nova publicação de Achille Mbembe chega ao Brasil, precisamos dar atenção ao que um dos maiores pensadores da contemporaneidade tem para compartilhar de análise e conhecimento com o público. Lançado em 2025, como um desdobramento das inúmeras discussões ecofeministas sobre o Antropoceno, seu novo trabalho, intitulado “*Democracia como comunidade de vida*”, parte de como o avanço da tecnologia, atrelado ao capitalismo desenfreado, afeta o convívio humano na Terra e de como precisamos resgatar raízes para entender, de fato, a democracia sendo a alternativa de ressignificarmos a relação com a nossa casa comum.

A reflexão do autor considera os avanços epistemológicos implicados pelo desenvolvimento tecnológico ao longo dos últimos séculos. Desde a Renascença, quando os conhecimentos químicos, físicos e biológicos despertaram a intelectualidade e passaram a nortear os debates até chegarmos no período regido pela Revolução 4.0 no qual inteligência artificial, automação, realidade aumentada, produtos hipertecnológicos incidem diretamente na vida dos indivíduos e prefiguram uma nova forma de viver, impactando as relações interpessoais e as subjetividades. É a partir dessa linha do tempo, que apresenta o questionamento latente: dentro dos nossos limites de existência, ainda precisamos da Terra para continuar vivendo?

Em um mundo em que o ser humano esqueceu-se fruto da natureza e passou a dominá-la sem qualquer compromisso com sua conservação, proteção e manutenção, utilizamos de liberdade para subjugar-la e exercer o domínio sobre a fonte de meios de subsistência e dos bens essenciais para constituirmo-nos como indivíduos. O alimento, a moradia, a saúde ficam comprometidos quando o ecossistema pede socorro. Sim, a Terra clama por socorro! E sim, já tem muita gente preparando as malas para explorar outras possibilidades de manutenção de seu poder sobre a natureza.

Com a proposta de estimular nosso pensamento sobre a conexão entre ser humano, vida e o planeta Terra, Mbembe volta-se ao histórico dos humanos e de como a tecnologia, o avanço capitalista, a sanha de acúmulo alterou a relação com o planeta, único denominador comum a todos nós. Ao estabelecer tais conexões de existência, elege a democracia, em pé de igualdade com a manutenção da humanidade na Terra, como a “nossa última utopia” (Mbembe, 2025, p. 12).

Importante destacar que o conceito de democracia merece atenção renovada: de origem grega (*dēmokratía*), frequentemente entendido como tecnologia de governo em que a autoridade emana do povo. Aqui, esta discussão, alerta que o termo precisa de

---

**Maximiliano Torres**

Professor de Teoria Literária e Literatura Brasileira UERJ/FFP. Email: torres.maxi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-00024638-034X>

uma análise mais avançada, que perpassa a figura de poder e que, realmente, sinalize a maneira pela qual a sociedade possa conduzir maior harmonia entre os indivíduos, constituindo, de fato, uma comunidade de vida. Afinal, “a desordem climática em curso está nos forçando a olhar mais de perto essa ecologia terrestre de nossa existência, de modo a considerar com mais seriedade do que no passado esta questão de interesse comum, a questão da nossa permanência na Terra” (Mbembe, 2025, p. 11).

Para elaborar uma nova cosmogonia, explicação para a origem e o sentido da humanidade, o autor recorre à ancestralidade e às culturas africanas em busca de compreensão acerca da relação do ser humano com a Terra, com as outras formas de vida que coexistem neste mesmo espaço-tempo e da dependência existencial. Tal entendimento nos leva a compreensão que só somos porque outros são. Ao longo da historiografia, o Humano, em geral lido como masculino e branco, exerceu protagonismo e controle sobre todas as demais existências, explorando-as como meros recursos. O acúmulo de capital leva ao crescimento das desigualdades, o acesso às oportunidades fica restrito a poucos. Assim afirma o autor:

[...] precisamos parar de nos comportar como se pudéssemos ir para outro lugar. Em vez disso, precisamos levar muito a sério a forma da Zona Crítica que habitamos com a miríade de vírus, bactérias, plantas, animais e outras formas de vida e, a partir disso, reinventar formas de viver-em-comum. (Mbembe, 2025, p. 14)

Ao pensar a democracia como “uma comunidade de vida” (Mbembe, 2025, p. 12) e dela buscar uma forma saudável de habitar o planeta, Mbembe destaca, numa miragem decolonial, como a vida tornou-se instrumento de poder, sobretudo nas relações econômicas, a partir das Grandes Navegações. Se Rita Segato, socióloga argentina, afirma que a exploração no continente americano deu origem à Europa, sabemos que as práticas capitalistas de acúmulo de bens, resultante das riquezas extraídas dessas terras, são frutos de atos violentos, de extermínio, de roubos, de estupros, de danos físicos e subjetivos, uma vez que, ao se estabelecer, deixa marcas nos séculos seguintes. Há uma crítica à normalização dessa perspectiva na qual vida passou a ser moeda de troca em favor de poucos; aparelho poderoso de controle, perpetuado desigualmente por leis e regras de convivência.

Como a democracia pode reorganizar uma sociedade viciada em moer vidas? O autor, ao associar seu conceito de necropolítica, reflete sobre a ampliação da noção de humano e toda a capacidade regenerativa, com possibilidades outras para reverter um passado de opressões, torturas, mortes. Primeiramente, voltar a questionar nossa existência social e ética relacional. Para isso, evoca o histórico das políticas afirmativas na África do Sul pós-*apartheid*. Nas suas palavras, as medidas de reverter a segregação institucionalizada como lei entre 1948 e 1994, possibilitaram “a produção de horizontes sociais de esperança” (Mbembe, 2025, p. 19). A metodologia de transição entre o fim do *apartheid* e uma nova Constituição, no governo de Nelson Mandela, demonstra como um projeto de reconciliação não vingativa, rompeu com anos de violência racial e transformou

uma nação construída sob a égide de um sistema separatista. Nesta nova Carta Pétrea, uma política multirracial privilegiou o princípio *ubuntu*, filosofia de origem bantu que pode ser traduzida como “humanidade para com os outros” ou “sou o que sou porque nós somos”. A nova democracia sul-africana, norteou as políticas para a reconstrução de uma ancestralidade que visa o “ser-em-comum” (Mbembe, 2025, p. 21).

A mesma África que traz exemplo de como promover uma comunidade de vida, sofre históricas ações brutais de desumanização, sendo a questão racial ferramenta de exploração e poder dos colonizadores. A ação nefasta do capitalismo, ao tornar a vida humana produto de exportação, lucrou durante séculos em troca da degradação de pessoas de outra raça que não a dominante. Recuperar as condições de indivíduos a cidadãos exige que essas experiências sejam recontadas, revisitadas e transformadas em condições nas quais se restabeleça um “humanismo universal” (Mbembe, 2025, p. 16). Este é o trabalho reivindicador de intelectuais negros em suas tentativas de consolidar a produção de esperança em meio a cenários de relações descartáveis, principalmente entre os povos racializados. E aqui, cabe uma crítica cirúrgica ao livro de Mbembe, exatamente por ter perdido a grande oportunidade de ampliar o debate, dialogando diretamente com intelectuais feministas que estão apontando, há alguns anos, para esse mesmo horizonte utópico, no qual ecologia e democracia se encontram entrelaçadas. Dentre elas, estão Donna Haraway, Maria Mies, Vandana Shiva, Alicia Puelo, bell hooks, Oyèrónké Oyewùmí, Françoise Vergès, além das brasileiras Ivone Gerbara, Daniela Rosendo e Tânia Kuhn.

Na seção “*Sobre alguns dos grandes laboratórios contemporâneos de um regime de brutalização que está no processo de conclusão tecnológica*”, Mbembe trabalha com os conceitos de margeamento, necropolítica e aniquilamento para explicar como a hierarquização entre os humanos e as tecnologias de poder promovem uma política exterminadora. Para o primeiro conceito, o autor usa o exemplo da corrida armamentista, na qual os alvos são os corpos supérfluos. Não há impactos entre os protegidos pelo sistema, aqueles mesmos que o criaram. Pela necropolítica, há uma “política disfarçada de pulso de morte” (Mbembe, p. 26), uma fórmula criada que resulta, incansavelmente, no perecimento da vida, ou mais que isso, num apagamento de identidades outras. Já com o aniquilamento, a crueldade é o simbolismo da morte em vida, praticado cotidianamente nas “democracias” do mundo contemporâneo, quando analisado pelo ponto de vista da racialidade, o que Françoise Vergès nomeia de “economia do esgotamento dos corpos [...] historicamente ancorada na escravatura” (Vergès, 2020, p. 19). O autor confere aos Estados Unidos, ao Brasil e a África do Sul a alcunha de “caldeirões do racismo da modernidade” (Mbembe, 2025, p. 27). Para corroborar suas impressões, resume trabalhos de pensadores negros – W.E.B. Du Bois, George Padmore, Aimé Césaire, Angela Davis e George Jackson –, que se dedicaram a refletir como democracia, colonialismo e fascismo embricam-se no dinamismo social e na manutenção das desigualdades. Nesta leitura, declara que:

[...] é possível argumentar que o colonialismo é um fascismo incipiente. O fascismo como um conjunto de táticas de repressão

e um processo político e ideológico, que tem como alvo específico populações racializadas e subalternas cuja própria existência e sociabilidade são interpretadas como uma ameaça. Fronteira porosa entre crime e política. (Mbembe, 2025, p. 31)

Na transição entre uma seção e outra, Mbembe segue debruçado nas diferenças raciais existentes na contemporaneidade, fruto desse processo sociocultural de sujeição imposta a corpos racializados em detrimento de uma supremacia branca, creditada como natural. O grande alerta para o filósofo é o entendimento de que democracias hoje vivem sob o risco de levar ao poder ideologias que vão na contramão do viver o bem-comum. Elas utilizam dos meios democráticos, o voto por exemplo, para assumir posições de poder e aparelhar o Estado com todo tipo de ações discriminatórias que perpetuam o histórico de alijar corpos outros. Isto se torna uma possibilidade ao transformar os atos criminosos em práticas legalistas, definir um alvo e confiná-lo. O impulso genocida, baseado na desapropriação das riquezas, iguala identidades, entra em desacordo com o propósito de revisitar a História e provoca o questionamento da manutenção de narrativas fundadas com a colonização. Parafraseando o autor, devemos analisar nas cosmologias africanas o estilo de ser construído pelos negros, a desierarquização do gênero e das espécies outras e, também, como o mundo moderno demoliu esse modelo. Assim, conseguiremos traçar caminhos possíveis para uma ecocrítica feminista da existência, alicerçada na democracia como comunidade de vida.

Na seção seguinte, “*Guerras de desapropriação / O genocídio dos hereros*”, o autor abarca as relações contemporâneas do ser humano, da natureza e a nova relação com o trabalho. Com a presença das *big techs* e gigantes prestadoras de serviço, há a possibilidade de traçar como capitalismo de plataformas, automatiza operações em larga escala, resultando em uma nova configuração do comportamento humano. Esta precarização (ou uberização), disfarçada em vantagens e agilidade, impacta profundamente todo o corpo social ao potencializar o consumo, desajustando cadeias de recursos naturais e humanos, sufocando a vida e restabelecendo modos de ser-em-comum. Aliás, o termo sufocar para esta discussão, rememora o início dos anos 2020 com três eventos catastróficos para nossa sociedade: a pandemia Covid-19, eventos climáticos extremos e o enfoque midiático do aumento da violência policial direcionada às pessoas negras, imigrantes e privados de liberdade. Os fatos pontuados são exemplos de como o vínculo com planeta vem perdendo a conexão essencial: respirar. Asfixiar a vida humana é usurpar sentidos básicos: “saber, sentir, amar, cuidar” (Mbembe, 2025, p. 35) e testemunhar estes gestos, a princípio tão singelos e naturais, tensiona a permanência do existir, oferecendo um caminho inexorável à morte, esvaziando os reais motivos para continuarmos.

Nos encaminhamentos finais, Achille Mbembe, ao trabalhar com a dicotomia entre o respirar e não respirar, retoma dentro das ancestralidades africanas como a ruptura não precisa ser algo desintegrador e sim gerador de novas possibilidades de “ser, ouvir, ver e falar” (Mbembe 2025, p. 36), a que denomina singularização: maneira de promover encaixes e gerar reciprocidade. Assim, no campo social, reconfigura o modo da existência no coletivo aberto à pluralidade, estabelecendo ligações entre os

diferentes. É aí que o termo “ecologia da relacionalidade” cria uma leitura das possíveis formas da coexistência harmônica, diferente do que presenciamos nos últimos séculos.

Se há questionamentos sobre nosso preparo para tempos outros, ainda mais modernos, o escritor camaronês elenca, por meio de uma historiografia de violências, que existem margens para corrigirmos a rota e defendermos a vivência na Terra. Afinal, ao retornarmos às nossas origens de humanidade, reconheceremos que a convivência entre diferenças, sejam elas quais forem, reestrutura nossos vínculos singulares com a vida, como já nos chamava à atenção as ecofeministas da primeira geração:

Uma perspectiva ecofeminista apresenta a necessidade de uma nova cosmologia que reconhece que a vida na natureza (incluindo os seres humanos) mantém-se por meio da cooperação, cuidado e amor mútuos. Somente deste modo estaremos habilitados a respeitar e a preservar a diversidade de todas as formas de vida, bem como das suas expressões culturais, como fontes verdadeiras do nosso bem estar e felicidade. Para alcançar este fim, as ecofeministas utilizam metáforas como “re-tecer o mundo”, “curar as feridas”, religar e interligar a “teia”. (MILES & SHIVA, 1993, p. 15)

**Democracia como comunidade de vida**, em suas trinta e seis páginas de texto, suscita uma avalanche de informações, indagações e proposições, para um tema tão urgente, mas minimamente novo. E é exatamente para agregar reflexões sobre a nossa “relação de dependência existencial” (Mbembe 2025, p. 13) com espécies outras que vale a leitura do novo livro de Achille Mbembe!

## Referências Bibliográficas

Mbembe, Achille. *Democracia como comunidade de vida*. Trad.: Pedro Taam. São Paulo: MiTsp e N-1, 2025.

MILES, Maria & SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo*. Trad. Fernando Dias Antunes, Lisboa, Coleção Epistemologia e Sociedade, Instituto Piaget, 1993.

Segato, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Trad.: Danielli Jatobá, Danú Gontijo. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Trad. Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Recebido em 10/10/2025.

Aprovado em 30/11/2025.